

Gestão participativa e o desenvolvimento sustentável do turismo: reflexões sobre o funcionamento do Fórum da Região dos Negócios em Goiás

Priscilla Teixeira da Silva¹
Marutschka Martini Moesch²

Resumo: Este artigo destaca a importância da participação no planejamento e gestão do turismo, segundo o modelo de governança implementado a partir do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil (PRT). Nessa perspectiva, o presente trabalho busca analisar a sustentabilidade político-institucional no modo de governança estabelecido entre os municípios que compõem o Fórum da Região dos Negócios (FRN) em Goiás. Para a realização dessa pesquisa, aplicou-se a técnica da triangulação de dados em documentos relativos à política de regionalização do turismo e realizou-se entrevistas com atores-chave do processo de planejamento regionalizado do turismo no Brasil, em Goiás e nos municípios que compõem a Região dos Negócios. Com a análise dos dados, chegou-se a conclusão de que o desenvolvimento sustentável do turismo, numa perspectiva político-institucional, ainda não foi alcançado na Região dos Negócios, sendo necessário também, para além da criação de estruturais formais de planejamento e gestão do turismo, que cada município participante desse consórcio esteja fortalecido socioculturalmente ao ponto de proporcionar as condições de acesso e permanência dos indivíduos nos espaços de discussão.

Palavras-chave: Participação; Sustentabilidade Político-Institucional; Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil; Fórum da Região dos Negócios em Goiás.

Introdução

Esse artigo é um recorte da dissertação de mestrado que tem como temática a qualidade político-metodológica do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, enquanto um facilitador na substituição da cultura do isolamento pela cultura da cooperação na Região dos Negócios em Goiás.

Esse isolamento é uma característica marcante nos processos de planejamento verticais brasileiros, tendo em vista o processo histórico dos países latino-americanos, como um todo, pouco favoráveis à democracia e a soluções para problemas locais.

Em Goiás, recorte espacial desta pesquisa, entre as nove regiões criadas, a Região dos Negócios é a que apresenta a melhor infraestrutura do Estado, em função, principalmente, de contemplar a capital, Goiânia. Contudo, é a região que mais desníveis econômicos apresenta entre os municípios, principalmente por fatores históricos e políticos, como a polarização de serviços em Goiânia (ARRAES, 2004) e, ao mesmo tempo, a lenta articulação entre a capital e os municípios vizinhos.

¹Mestra em Turismo pela Universidade de Brasília. Servidora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. E-mail: priscilla.cet@gmail.com.

²Doutora em Ciências da Comunicação e Turismo. Professora Adjunta da Universidade de Brasília. E-mail: marumoesch@hotmail.com.

Dentro desse contexto, o objetivo principal do presente artigo é analisar a sustentabilidade político-institucional no modo de governança estabelecido entre os municípios que compõem o Fórum da Região dos Negócios em Goiás. Na busca da construção metodológica Dialética-Histórica-Estrutural (DHE), levanta-se a seguinte questão de pesquisa: Em que medida o PRT pode contribuir para o desenvolvimento sustentável, numa perspectiva político-institucional, segundo a experiência do Fórum da Região dos Negócios em Goiás? Para responder essa questão de pesquisa, foi aplicada a técnica de triangulação de dados a partir das informações contidas em documentos e entrevistas.

Região dos Negócios em Goiás

A Região dos Negócios foi criada em abril de 2005, e está localizada no centro goiano, tendo a capital Goiânia como destino indutor, configurando-se em um pólo de agronegócios, medicina, farmoquímico, de compras e eventos. Inicialmente, a Região dos Negócios contemplava os municípios de Goiânia, Anápolis e Hidrolândia, e após a implementação do Plano Estadual de Turismo de Goiás em 2008 foram incluídos os municípios de Trindade e Aparecida de Goiânia³, conforme demonstração da fig. 01, logo abaixo:

FIGURA 1 Região dos Negócios

³Após estudo e avaliação de critérios técnicos, o Plano Estadual de Turismo de Goiás apresentou a Região dos Negócios composta pelos municípios de Goiânia, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Trindade e Hidrolândia. Os critérios avaliados foram: 1) constituição de Conselho Municipal de turismo (COMTUR); 2) Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR); 3) participação no Fórum Regional; 4) adesão ao Instituto de Pesquisas Turísticas (IPTUR); 5) preenchimento do Boletim de Ocupação Hoteleira (BOH); 6) implementação de um Plano Municipal de Turismo validado pelo COMTUR; 7) número de leitos disponíveis nos municípios; 8) implantação de Centros de Atendimento ao Turista (CAT); 9) cadastro dos prestadores de serviços turísticos do MTur; e 10) práticas sustentáveis que possam dar suporte ao desenvolvimento do turismo. Dentro de cada um dos critérios apresentados, anteriormente, foram atribuídos pontos. Desta forma, aqueles municípios que obtiveram mais de 20 pontos foram certificados pela Goiás Turismo como município Cristal; acima de 40 pontos, como município esmeralda; e, por fim, acima de 60 pontos, como município diamante.



Fonte: Goiás (2008)

Dos cinco municípios que compõem a Região dos Negócios, quatro fazem parte, também, da Região Metropolitana de Goiânia, tratando-se da região mais expressiva e o principal centro econômico do estado de Goiás, um centro estratégico para áreas de indústria, medicina, telecomunicações e agricultura, contendo grande parte da população total do estado⁴ e, aproximadamente, 36,5% do PIB de Goiás.

O município indutor, Goiânia, é um dos principais destinos do turismo de negócios, saúde, compras e eventos do Brasil, contando com uma diversificada e qualificada oferta de equipamentos e serviços turísticos, competindo na captação de eventos com outras capitais brasileiras.

Já Aparecida de Goiânia se insere na cadeia produtiva do turismo na oferta de serviços básicos complementares à atividade turística realizada no município de Goiânia.

Em Aparecida são sediadas as principais empresas operadoras e organizadoras de grandes eventos. Empresas essas que fornecem infraestrutura física para estes

⁴Segundo o censo 2011 do IBGE, Goiânia possui 1.333.767 habitantes e sua Região Metropolitana 2.206.134 habitantes, o que a torna o décimo segundo município mais populoso do Brasil e a décima Região Metropolitana mais populosa do país. Se somarmos a população de Anápolis, tem-se um total de 2.548.481 pessoas vivendo nesse eixo no ano de 2011.

eventos, tais como estandes, translado, *buffet*, serviços gráficos, além de grande parte da mão de obra que trabalha na operacionalização dos eventos de médio e, principalmente de grande porte (BRASIL, 2011, p. 73)

O município de Anápolis, por sua vez, é o único dos cinco municípios da Região dos Negócios que não integra a Região Metropolitana de Goiânia, no entanto, é a principal cidade industrial e centro logístico do Centro-Oeste brasileiro. Trindade, apesar de um importante destino de turismo religioso no país, apresenta uma sazonalidade acentuada em relação ao turismo⁵. E, por fim, o município de Hidrolândia tem vocação para o turismo rural⁶.

Segundo Arraes (2004), Goiânia oferece bens e serviços não encontrados em outros lugares de Goiás ou da região Centro-Oeste, estendendo a influência de sua rede urbana para cidades como Aparecida de Goiânia, Guaporé, Jandaia, Hidrolândia, Bela Vista de Goiás e Aragoiânia, exercendo, funções de subordinação e complementaridade com outras cidades⁷. Contudo, segundo Duarte *et al.* (2005), o relacionamento entre Goiânia e os municípios, com vistas à integração e constituição de uma região turística, enfrenta percalços, como a falta de articulação política entre eles somada à falta de inclusão do turismo em suas políticas públicas e a carência de recursos financeiros e humanos, tanto em Goiânia quanto nas cidades do entorno.

As políticas públicas destes municípios pouco enxergam o turismo com uma das viabilidades para as suas economias e para melhoria das condições de vida de sua população. Dado que as políticas públicas de turismo têm capacidade para modificar os lugares, estabelecer novos arranjos espaciais e alterar a organização social. [...] A articulação entre o município de Goiânia e estes municípios geralmente é lenta, resultando na falta de planejamento integrado, ou quando muito, na existência de um planejamento desarticulado, que não considera as potencialidades da região. (Duarte *et al.*, 2005, p. 14)

Segundo o Brasil (2011), a capacidade de organização e gestão de políticas públicas regionais e locais na Região dos Negócios é bastante forte pela consolidação da Região Metropolitana de Goiânia e a forte ligação com Anápolis. No entanto, esta integração institucional

⁵Segundo Trindade (2008), a cidade recebe 3.900 turistas por ano, 2.400 durante os dez dias da Festa do Divino Pai Eterno. A maioria absoluta dos entrevistados, 42%, visitam Trindade somente na época da Romaria, uma vez ao ano. Essa pesquisa também concluiu que 59% dos visitantes da Romaria não se hospedam, ou seja, são visitantes de apenas 1 dia que não pernoitam em nenhuma cidade, fazendo o trajeto de retorno à sua cidade de origem.

⁶Em Brasil (2011), Hidrolândia já não aparece incluída no Polo de Negócios e Eventos, nesse caso, segundo Brasil (2011), por possuir características socioeconômicas consideravelmente heterogêneas frente aos demais municípios e também por não apresentar vocação consolidada para o segmento de turismo de negócios e eventos (foco do PDITS e estratégia de planejamento turístico adotada pelo estado de Goiás).

⁷O município indutor da Região dos Negócios concentra o maior número de pessoas, maior número de hospitais, a melhor infraestrutura médica e ambulatorial, maior número de agências bancárias, instituições de ensino superior, unidades de comércio e indústria e mais de 70% das salas de cinema de Goiás. A capital aglomera um número maior de serviços, atende às necessidades das cidades pequenas, onde a instalação desses equipamentos e serviços é inviável e, por isso, para Arraes (2004), Goiânia cumpre a função de um de centro regional.

não abrange situações administrativas direcionadas ao turismo. O processo de consolidação dos órgãos executivos municipais de gestão do turismo em cada prefeitura se encontra em estágios diferentes em cada município, o que reflete diretamente no próprio nível de desenvolvimento local do turismo.

Goiânia possui, como estrutura jurídico-administrativa do turismo, a Secretaria Municipal de Turismo (Setur) e, como órgão consultivo, o Conselho Municipal de Turismo⁸ (COMTUR). Já Aparecida de Goiânia possui a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, e já apresentou projetos de criação do Comtur da cidade, além de um plano estratégico para o turismo, mas ambos sem sucesso. Na estrutura jurídico-administrativa do turismo, Anápolis possui uma Diretoria de Turismo, subordinada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e o Comtur⁹. No quadro jurídico-administrativo do turismo de Trindade, constam a Superintendência Municipal de Turismo e o Comitê Gestor do Turismo Religioso¹⁰. Hidrolândia, infelizmente, não possui nenhum órgão responsável pelo turismo, o que complicou a sua permanência no FRN.

⁸ O Comtur de Goiânia foi criado pela Lei número 7.843 de 14 de setembro de 1998 e é composto por representantes da Associação Brasileira de Agentes de Viagem (ABAV), Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH), Agência Municipal de Meio Ambiente (AMMA), Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL), Associação Brasileira de Locadoras de Automóveis (ABLA), Associação Comercial e Industrial do Estado de Goiás (ACIEG), Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo (ABRAJET), Associação Goiana de Turismo Receptivo (AGORA), Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Goiânia Convention & Visitors Bureau, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), Câmara Municipal de Goiânia, Câmara de Dirigentes Logistas (CDL) de Goiânia, Sindicato dos Guias de Turismo do Estado de Goiás (SINDGETUR), Associação Brasileira de Empresas de Eventos (ABEOC), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Setur, Universidade Federal de Goiás (UFG)/Instituto de Estudos Socioambientais (IESA). Como entidades não conselheiras, mas convidadas tem-se: Sindicato das Indústrias do Vestuário do Estado de Goiás (SINDVESTE), Goiás Turismo e “Pelos Bares da Vida”.

⁹ Comtur de Anápolis foi criado pelo Decreto número 29.130 de 23/09/2009, alterado pelo decreto 29.481 de 10/12/2009. O Comtur de Anápolis é composto por representantes dos seguintes órgãos: Associação Comercial e Industrial de Anápolis (ACIA), Câmara dos Dirigentes Logistas (CDL), de Anápolis representantes do núcleo da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (FIEG) em Anápolis, Associação Cultural e Artística Anapolina (ACAA), Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Câmara Municipal de Anápolis, Fórum de Desenvolvimento “Anápolis é Tudo de Bom”, Senai, Senac, Sebrae, Sindicato dos Empregados em Turismo, Sindicato do Turismo e Hospitalidade de Anápolis, Instituto Nacional para o Desenvolvimento da Cidadania (IIDAC), Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento, Diretoria de Turismo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico de Anápolis, Diretoria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável, Diretoria de Cultura da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia, Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Associação Educativa Evangélica (Uni Evangélica), Universidade Estadual de Goiás (UEG), Faculdade Católica de Anápolis, Faculdade Instituto Brasil (FIBRA), Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Anápolis (APAE).

¹⁰ O Comitê Gestor do Turismo Religioso de Trindade, no ano de 2009, era composto por representantes dos seguintes órgãos e empresas: Superintendência Municipal de Turismo, Secretaria das Cidades, Secretaria Municipal de Comunicação, Secretaria de Educação, Goiás Turismo, Pousada Pai Eterno, Sebrae-GO, Secretaria do Meio Ambiente, Superintendência do Meio Ambiente, CDL Trindade, Câmara Municipal, Superintendência Municipal de Trânsito, Churrascaria Oeste, Paróquia Divino Pai Eterno, Vila São José Bento Cottolengo, Polícia Militar, Superintendência de Indústria e Comércio, Santuário Basílica, Superintendência de Cultura, Sindicato dos Produtores Rurais, Paróquia, Faculdades e Colégio Aphoniano e Grupo Descantado.

Em relação à economia, existe a Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE) – Goiânia, que inclui todos os municípios da Região Metropolitana, além de outros como Anápolis. Os Arranjos Produtivos Locais (APLs) da Região Metropolitana de Goiânia estão focados nas áreas de moda, calçados, confecções, tecnologia da informação, audiovisual e saúde. Em relação aos outros municípios, há integração com Anápolis no Polo Farmacêutico e, mesmo não descrito no Quadro 1 a seguir, a proximidade geográfica com Trindade também favorece o ramo de modas e confecções da Região Metropolitana.

Quadro 1 – Arranjos Produtivos Locais na Região Metropolitana de Goiânia

Arranjo Produtivo Local	Produtos	Cidade Polo
Calçados de Goiânia e Goianira	Calçados e Acessórios	Goiânia
Confecções de Moda Feminina de Goiânia	Confecções – Roupas Femininas	Goiânia
Lácteo da Região da Estrada de Ferro	Leite e Derivados	Bela Vista de Goiás
Moveleiro de Goiânia e Região Metropolitana	Móveis	Goiânia
TI de Goiânia e Aparecida de Goiânia	Software	Goiânia
Audiovisual de Goiânia	Produtos Audiovisuais (TIC)	Goiânia
Clínicas de Saúde de Goiânia	Serviços em Saúde	Goiânia
Economia Criativa da Música de Goiânia	Fomento à cultura	Goiânia
Orgânicos da Grande Goiânia e Silvânia	Orgânicos	Goiânia
Projeto Cadeia Produtiva da Floricultura	Flores para Ajardinamento e Ornamentações	Goiânia
Turismo Religioso de Trindade	Turismo	Trindade
Aquicultura da Grande Goiânia	Peixes, Anfíbios e Plantas Aquáticas	Goiânia
Mandioca em Bela Vista (Arranjo em articulação)	Mandioca e Derivados	Bela Vista de Goiás

Fonte: Observatório do Mundo do Trabalho do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (2013)

Em relação ao terceiro setor, apesar da presença de importantes e influentes associações de abrangência estadual, como o Sindicato dos Guias de Turismo do Estado de Goiás (SINDGETUR), a Associação Comercial e Industrial do Estado de Goiás (ACIEG), a Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo (ABRAJET), a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH), a Associação Brasileira de Locadoras de Automóveis (ABLA), a Associação Brasileira de Agentes de Viagem (ABAV), a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL), a Associação Brasileira de Empresas de Eventos (ABEOC) e o Sindicato das Indústrias do Vestuário do Estado de Goiás (SINDVESTE), o interesse se dá apenas para questões ligadas à capital.

Nesse sentido, fica evidente que há uma integração na indústria e na economia da região, com destaque para o ramo de moda e vestuário (Trindade e Goiânia), transportes, logística e construção civil (Aparecida de Goiânia e Goiânia), e farmacêutico (Goiânia e Anápolis), mas essas

relações não são ainda suficientes para aproximar o planejamento voltado para o turismo, que por seu turno, perpassa por questões de infraestrutura e lazer que beneficiaria todos os setores e a população dessa região.

Sustentabilidade Político – Institucional e o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil (PRT)

Os primeiros estudos e manifestações sobre a sustentabilidade foram iniciados nas décadas de 1960 e 1970 e estavam voltados apenas a dimensão ambiental. Segundo Montibeller-Filho (2001), a questão ambiental passou a ser fruto de maior discussão nos campos acadêmico e político-institucional nesse período, devido, principalmente as grandes alterações que o ser humano provocou no ambiente, como as mudanças climáticas, e discussões acerca da finitude dos recursos do planeta Terra.

A Conferência de Estocolmo de 1972, promovida pelo programa ambiental da ONU (o United Nations Environment Programme - UNEP), foi um marco no princípio da discussão quanto à degradação ambiental, às desigualdades socioeconômicas, e à necessidade de alternativas ao modelo de desenvolvimento vigente na época, culminando na proposição do Ecodesenvolvimento¹¹. Esse conceito foi a gênese do que viria a ser a proposta de Desenvolvimento Sustentável, sintetizada posteriormente pelo Relatório da Comissão Brundtland de 1987, em uma versão politicamente mais abrangente.

O conceito formulado pela Comissão Brundtland no documento intitulado “Nosso Futuro Comum” traz a definição oficial de desenvolvimento sustentável adotado por muitas instituições, inclusive pela OMT : “desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p.46).

O turismo, como uma necessidade humana e como fator de qualidade de vida, participa do desenvolvimento e, por isso, tem um papel a cumprir na biosfera da qual se utiliza. Nesse sentido, órgãos da ONU como a OMT, UNEP, a *World Travel & Tourism Council* (WTTC) e a *Earth Council* têm avançado nas discussões sobre a sustentabilidade, em publicações relacionando a Agenda 21 ao turismo, como a “*Agenda 21 for the Travel and Tourism Industry*” (1996), que define o desenvolvimento do turismo sustentável do seguinte modo:

Produtos de turismo sustentável são produtos que são operados em harmonia com o ambiente, comunidade e culturas locais, de modo que esses sejam beneficiários permanentes e não vítimas do desenvolvimento turístico. (OMT; WTTC; Earth Council, 1996)

¹¹Esse conceito formulado por Maurice Strong, diretor do UNEP, seria um desenvolvimento “em níveis local e regional [...] consistentes com os potenciais da área envolvida, dando-se atenção ao uso adequado e racional dos recursos naturais e à aplicação de estilos tecnológicos” (UNEP, 1975 citado por NOBRE; AMAZONAS, 2002, p 35).

Como uma forma de planejamento do turismo sustentável recomendado pela OMT, o Brasil iniciou o processo de regionalização do turismo em 2004, num contexto de mudanças políticas e valorização da gestão descentralizada, focada nas potencialidades e riquezas dos locais. Tais medidas foram possibilitadas com a criação do Ministério do Turismo (MTur)¹² em 2003, aliada ao antigo projeto brasileiro de superação dos desníveis regionais que, desde a década de 1990, tem no turismo um importante aliado. Entre as propostas do PRT, o planejamento participativo surge como um fator fundamental para o desenvolvimento sustentável, apesar de um processo complexo na sua implantação, possibilitando a redução de custos, formando gestores locais e regionais, multiplicando o conhecimento técnico, científico e humano dos diversos atores participantes, e promovendo o desenvolvimento local.

Dentre as diversas ações em prol do desenvolvimento do turismo regionalizado, o MTur publicou uma série de cadernos intitulados “Cadernos de turismo do PRT” e, dentre eles, o caderno “Conteúdo Fundamental – Turismo e Sustentabilidade”. Esse caderno traz a concepção de turismo sustentável do PRT e analisa a sustentabilidade sobre quatro dimensões – ambiental, sociocultural, econômica e político-institucional - entendidas como o princípio fundamental na reformulação do planejamento turístico brasileiro, considerado o turismo como um sistema aberto e inter-relacionado às quatro dimensões enquanto subsistemas.

A quarta dimensão da sustentabilidade e foco desse trabalho, é a dimensão político-institucional, traduzida, principalmente, na solidez e continuidade das parcerias e compromissos estabelecidos entre os diversos agentes, nos cuidados com os interesses coletivos e processos decisórios e com a capacidade institucional para normatizar e implementar os caminhos democraticamente escolhidos. Nesse aspecto, o papel fundamental da sustentabilidade político-institucional está na mediação entre os interesses da sociedade civil e os interesses do mercado, necessitando, para isso, de estruturas que façam escolhas e que implementem ações capazes de corresponder ao planejamento estabelecido.

Se tal constatação é importante para setores bem definidos e com situação facilmente reconhecida, ela é crucial para o setor do turismo, no qual a complexidade das ações e a interdependência dos setores requerem convergências e sintonias difíceis de serem construídas e implementadas. (BENI, 2006, p. 115)

O panorama político-institucional brasileiro de hoje se delineou a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, com a busca da substituição de um padrão autoritário de poder, por outro mais democrático e descentralizado, reconhecendo o caráter complementar entre a democracia representativa e a democracia participativa. Deve-se salientar que este não é um projeto acabado, e requer esforços continuados para a sua consolidação, principalmente, em

¹²O Ministério do Turismo foi criado como pasta autônoma por meio da Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003, posteriormente convertida na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. Anteriormente suas atividades eram desempenhadas pelo Ministério do Esporte e Turismo.

virtude do Brasil ser um país de dimensões continentais, em que pode ser identificada uma diversidade de regiões com níveis desiguais de desenvolvimento social e econômico, o que justifica, ao menos em parte, as dificuldades em superar essas adversidades.

O turismo lida com vários setores e passa por várias instâncias no governo, no mercado e entre os atores da sociedade civil. Não se pode planejar o turismo em uma cidade sem se levar em conta as diretrizes da região, do estado, do país e, ao mesmo tempo, as várias pastas envolvidas como, secretarias de turismo, meio ambiente, cultura, esporte e lazer, segurança, etc.

De um lado, pretende-se a harmonização com as novas tendências (nacionais e internacionais), ao mesmo tempo que, de outro, busca-se, mesmo que as vezes de maneira equivocada, o reconhecimento dos traços inerentes das várias regiões brasileiras, nas quais se efetuam distintos comportamentos sociais, políticos, econômicos e culturais, evidenciando a necessidade de políticas e ações específicas. (ARAÚJO; BITTENCOURT CÉSAR, 2012, pp.258-259)

Portanto, a institucionalização não pode ser percebida somente pela dimensão das ações governamentais. Governos duram quatro anos e o objetivo da sustentabilidade político-institucional é a garantia da continuidade das ações e da participação dos atores, independente de mudanças e instabilidades políticas nos locais. Nesse processo, é fundamental a participação do primeiro, do segundo e do terceiro setor guiados por uma, pelo menos razoável, unidade operacional de propósitos.

A sustentabilidade político-institucional das regiões turísticas depende, em grande parte, da capacidade de participação e do efetivo engajamento da sociedade.

não basta que o governo identifique as regiões turísticas. É preciso que a sociedade se apodere delas, lidere seu desenvolvimento e trabalhe em cooperação com o Estado para estimular a organização de verdadeiros sistemas turísticos regionais, que sejam ofertados ao mercado, neste caso como roteiros turísticos. (BRASIL, 2007c, p.44)

Essas análises referentes as intencionalidades do Governo Federal apresentam em grande parte contradições a respeito do papel do Governo enquanto mediador dos processos em um país com pouca tradição participativa e de autonomia política dos cidadãos, não apenas para escolher, bem como para se responsabilizar pelo bom andamento das políticas públicas.

Conforme Brasil (2007a), a regionalização do turismo deveria envolver os representantes de “todas as instâncias”, abrindo espaço para que “todos contribuíssem”; devendo respeitar a diversidade na construção do consenso; e por fim, considerar o conhecimento local, a cultura e as experiências. Para isso, o poder público, a sociedade civil, empresários, instituições de ensino e terceiro setor deveriam formar parcerias, se envolvendo, enquanto protagonistas do processo, em busca de um interesse comum. Entretanto, é necessário analisar quem são esses atores com interesse em buscar essa participação e os diversos contextos nos quais a regionalização do turismo ocorreu no Brasil, já que há uma diversidade de opiniões sobre o que é turismo e o seu

papel no desenvolvimento das regiões, muitas vezes, compostas por tencionamentos históricos na disputa do poder.

Metodologia

Este trabalho tem como lócus de pesquisa a Região dos Negócios no Estado de Goiás, apresentando o Estudo de Caso como modo de investigação. Trata-se de uma pesquisa de nível exploratório-explicativa, com análise de cunho qualitativo dialético, revelando um esforço para apreensão do singular em seus limites/possibilidades articulados à totalidade mais ampla.

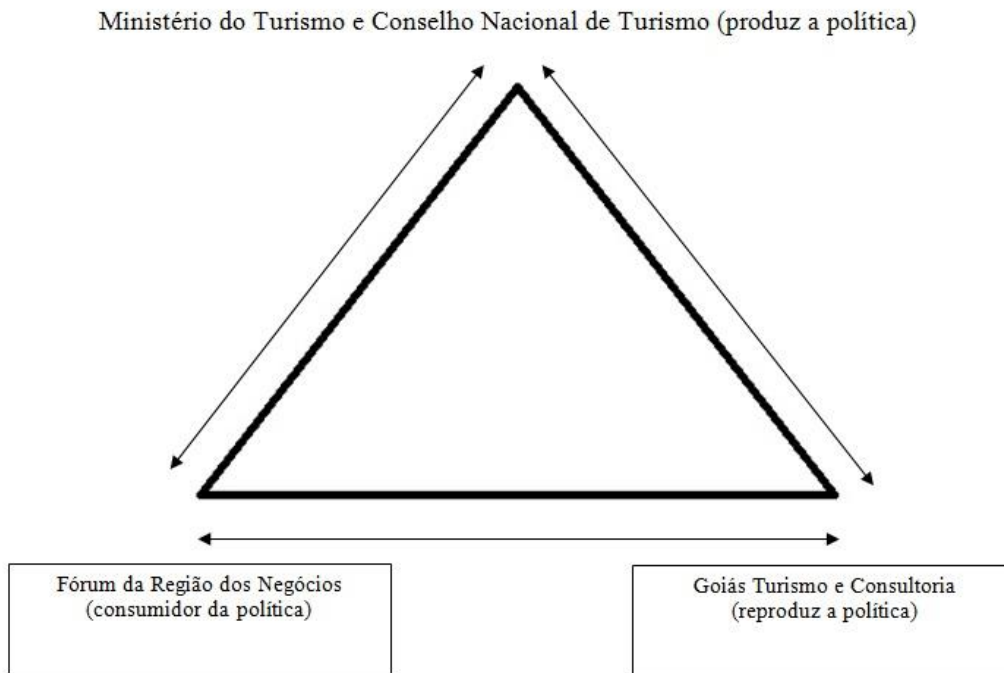
Para responder a questão base desse trabalho, utilizou-se como recurso metodológico a triangulação de dados coletados em documentos¹³ e referenciados em entrevistas¹⁴. Essa técnica, para Triviños (1987), tem por objetivo abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo, partindo do princípio que é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social sem raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essenciais com uma macrorrealidade social.

Supondo-se o estudo de sujeitos determinados, o interesse deve estar dirigido aos processos e aos produtos centrados no sujeito (representantes do Fórum da Região dos Negócios); em seguida, aos elementos produzidos pelo meio em que está inserido o sujeito e que têm a incumbência em seu desempenho na comunidade (a Goiás Turismo e a Consultoria) e, por último, aos processos e produtos originados pela estrutura socioeconômica e cultural do macro-organismo social no qual está inserido o sujeito (MTur e CNT), conforme a fig. 02, logo abaixo:

FIGURA 2 Modelo de Triangulação dos Dados Coletados

¹³Os documentos nacionais analisados foram: os Cadernos de Turismo do PRT (2007) “Introdução à regionalização”, “Módulo Operacional 1 – Sensibilização” e “Conteúdo Fundamental: Turismo e Sustentabilidade”. No contexto do estado de Goiás foi analisado o Plano Estadual do Turismo: Goiás no caminho da inclusão (2008). No contexto da Região dos Negócios, foram analisados dois relatórios realizados pelo Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano (IADH-GESPAR), em parceria com o MTur, anos de 2008 e 2010, e a única ata de reunião do Fórum da Região dos Negócios (FRN), realizada em 2009, disponível publicamente.

¹⁴Tendo como base a análise documental, foi possível selecionar os entrevistados dessa pesquisa: um representante do MTur; um representante do Conselho Nacional de Turismo do Brasil (CNT); dois representantes do órgão estadual de turismo de Goiás, a Goiás Turismo; um representante da consultoria responsável pela elaboração do Plano Estadual de Turismo de Goiás; e seis representantes do FRN.



Fonte: Silva (2013)

Para tornar a análise das entrevistas mais objetiva e minimizar o caráter subjetivo, com base em Brasil (2007c), foram utilizados os seguintes indicadores de processo e resultado:

Indicador 1. Número de organizações representadas: este indicador tem por objetivo identificar avanços qualitativos ou quantitativos nas instituições de turismo, revelando o número de organizações associadas e o fortalecimento ou enfraquecimento das instituições representadas.

Indicador 2. Número de Pessoas que participa efetivamente das reuniões: É comum ter instituições públicas e privadas de turismo que, embora tenham um contingente respeitável de associados, em suas reuniões não há uma efetiva participação.

Indicador 3. Número de Projetos em Parcerias Público-Privadas (PPPs): esse indicador se refere a avanços na gestão das instituições de turismo, podendo ser complementado por informações relativas à execução de projetos em geral.

Indicador 4. Percentual de implementação do plano institucional: Segundo Brasil (2007c), a sustentabilidade político-institucional pode ser medida com indicadores vinculados à execução do plano institucional de trabalho.

Resultados e Análises

Indicador 1. Número de organizações representadas

Tendo como base três importantes eventos ocorreram na Região dos Negócios entre os anos de 2008 e 2010, a oficina IADH-GESPAR (2008), uma reunião ordinária do Fórum da Região dos Negócios (FRN) em 29/04/2009 e a oficina IADH-GESPAR (2010) foi feita uma tabela relacionando todos os participantes, os seguimentos que representavam e os eventos em que compareceram.

O FRN apresentou trinta e quatro membros representantes dos três setores participando desses três eventos: vinte e cinco membros representando o primeiro setor¹⁵, sete membros representando o segundo setor¹⁶ e dois membros representando o terceiro setor¹⁷. Esses dados evidenciam uma baixa participação do segundo e terceiro setor nesse espaço de planejamento participativo do turismo em Goiás e uma frágil sustentabilidade na definição de ações de abrangência regional e continuidade dos trabalhos independente das mudanças de gestão que impactam o primeiro setor.

Segundo um entrevistado do representante do Mtur, o planejamento do turismo no Brasil ainda é muito dependente da atuação do primeiro setor, o que é apresentado como uma das principais dificuldades em relação a metodologia proposta pelo PRT no seu processo de implantação: “A atividade turística brasileira ainda se alicerça no poder público, onde este recua há grandes perdas no processo de organização territorial e manutenção da qualidade da oferta” (Representante do Mtur, comunicação pessoal, 18 de fevereiro, 2013).

Já a consultoria atribui esse quadro à política paternalista que permeia as ações do Estado no Brasil:

Um grande desafio para se manter as Instâncias de Governança Regionais é manter o compromisso das pessoas com o setor. É muito complicado, parece que tem que ter sempre alguém aquecendo isso, alguma instituição, seja o Sebrae, seja o governo, seja o Senac, enfim, um aquecimento vindo de outra instituição. (Representante da Consultoria, comunicação pessoal, 19 de março de 2013)

Segundo Manzini-Covre (2001), no decorrer da história do Brasil, os modelos de desenvolvimento apresentaram posturas que enfatizaram ora os sujeitos, ora as estruturas e seus próprios mecanismos, como agentes da história. Essa necessidade de se ter sempre um organismo externo para dar continuidade à política evidencia a falta de cidadania na população, pois eles não se sentem sujeitos protagonistas e corresponsáveis pelo desenvolvimento da região.

¹⁵Quatro da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Aparecida de Goiânia, dez da Goiás Turismo, seis da Secretaria Municipal de Turismo de Goiânia, um da Superintendência Municipal de Turismo de Trindade, dois representando a Câmara Municipal de Goiânia e dois representando a prefeitura de Abadia de Goiás (apesar de não fazer parte do FRN, representantes da cidade foram convidados).

¹⁶Quatro representando o Sebrae, um representando o *Convention & Visitors Bureau* de Goiânia, um representando a ACIEG e um representando a ABIH.

¹⁷Um representando a Pontifícia Universidade Católica de Goiás e um representando a Organização Não Governamental “Anápolis é Tudo de Bom”.

Especificamente sobre o planejamento do turismo em Goiás, quando perguntado sobre o funcionamento da Instância de Governança da Região dos Negócios, um dos entrevistados responde:

Muito centralizada na Goiás Turismo e pouco participativa do ponto de vista dos membros e, em cima disso você tem as desistências, as burocracias excessivas para captar recursos e quando se capta é pra poucos. (Representante 4 do FRN, comunicação pessoal, 08 de janeiro, 2013)

É necessário ressaltar, ainda, que a representatividade das cidades componentes do FRN também ocorre de forma extremamente desigual. A capital, Goiânia, conta com nove representantes, enquanto que Aparecida de Goiânia conta com quatro representantes, Anápolis um representante, Trindade um representante e Hidrolândia nenhum representante. Até mesmo aquelas organizações que deveriam atuar de forma regional, como o Sebrae, a ACIEG e a ABIH, segundo os entrevistados, também acabam por representar apenas os interesses da capital Goiânia.

As características da Região dos Negócios são bem complexas. Primeiramente temos Goiânia que é o município indutor e, em Goiânia, as principais associações, como a ABIH, a Abrasel e a ABAV. Em geral, essas associações não conseguem entender a sua atuação dentro da região. As estratégias dessas associações devem estar voltadas para o Estado, não para o município, mas elas não têm essa visão de um todo, elas são centralizadoras. Então isso dificultou muito esse trabalho, os objetivos das associações e o entendimento do que é a regionalização. (Representante 2 do FRN, comunicação pessoal, 03 de janeiro de 2013)

Tal quadro foi apontado pelos entrevistados como sendo uma das principais dificuldades no relacionamento entre o município indutor e os municípios vizinhos:

As principais dificuldades estariam relacionadas ao fato das associações ABIH, ABAV, Abrasel, Sebrae, Abla, estarem localizadas na capital, e tem poucos associados em outras cidades. Além disso, a estrutura dos municípios vizinhos de Goiânia ainda é muito incipiente. (Representante 1 do FRN, comunicação pessoal, 27 de dezembro, 2012)

O que ocorre em Goiânia, e pode ser verificado por meio das entrevistas e pesquisa bibliográfica sobre o turismo na cidade, é que o fluxo turístico dessa capital é bom, mas a média de permanência dos turistas na cidade é baixa, cerca de 2,5 dias (Silva et al., 2008) e, nesse sentido, o planejamento do turismo com os municípios da Região dos Negócios seria apenas uma alternativa na expansão de opções de turismo e lazer para atrair por mais tempo o turista nessa região.

O fluxo na capital é melhor, então onde você está bem, não tem tanta necessidade de se buscar novas oportunidades. Ainda não houve uma crise na Região dos Negócios, talvez isso seja uma coisa que a gente possa atribuir sim. Aqui na capital existe uma vaidade muito grande também, que você não vê no

interior, justamente porque aqui se concentra muitos poderes de decisão.
(Representante da Consultoria, comunicação pessoal, 19 de março de 2013)

Portanto, apesar do número de organizações representadas, o FRN apresenta dificuldades no planejamento do turismo regionalizado em função da baixa representatividade do segundo e do terceiro setor, da baixa representatividade dos municípios do entorno quando comparada a representatividade da capital, além da não compreensão do trabalho regionalizado pelas organizações que deveriam atuar de forma mais abrangente o que demonstra uma frágil sustentabilidade na definição de ações de abrangência regional e continuidade dos trabalhos independente das mudanças de gestão que impactam o primeiro setor.

Indicador 2. Número de Pessoas que participa efetivamente das reuniões

Das trinta e quatro pessoas participaram desses três eventos, sete participaram da oficina IADH-GESPAR (2008), dezenove da Reunião Ordinária do FRN em 2009 e dezesseis da oficina IADH-GESPAR 2010. Nenhum componente do FRN participou de todos os três eventos, oito participaram de dois eventos e vinte e seis de apenas um. Destaca-se ainda que, a presença nas reuniões também não garante a participação qualificada dos membros nos processos decisórios.

Participação vem da palavra parte, definida, habitualmente, através de certo tipo de relação. Assim, segundo PEIRCE citado por ABBAGNANO (1999, p. 758), "Uma parte de um conjunto, chamado seu todo, é um conjunto tal que tudo o que pertença à parte pertence ao todo, mas alguma coisa que pertence ao todo não pertence à parte". A participação pode ter os sentidos de fazer parte, tomar parte ou ter parte, de forma que aqueles que participam ativamente, por exemplo, seriam os que "tomam parte". Contudo, a grande questão, quando se pensa em participação, não é o quanto se toma parte, mas como se toma parte, pois mesmo dentro da participação ativa, existem diferenças na qualidade da participação.

Segundo Bordenave (1986), a participação acompanha as origens do homem. Em um primeiro momento, materializada como uma participação de fato, através do agrupamento com seus iguais, em famílias, clãs, nas tarefas de subsistência, nos cultos religiosos, na recreação e na defesa contra os inimigos, configurando-se em necessidade fundamental do ser humano, tais como: alimentação, sono e saúde; ou para exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo, dominar a natureza e o mundo¹⁸. Além da participação de fato, o autor divide a participação em espontânea¹⁹, voluntária²⁰, dirigida ou manipulada²¹ e concedida.

¹⁸Mas, para isso, a prática da participação envolve a satisfação de outras necessidades não menos básicas, tais como: "a interação com os demais homens, a auto-expressão, o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criar e recriar coisas, e, ainda, a valorização de si mesmo pelos outros". (Bordenave, 1986, p. 16)

¹⁹A participação espontânea leva as pessoas a formarem grupos fluidos (grupos de vizinhos, amigos, "panelinhas", *gangs* com o objetivo de reconhecimento), sem propósitos definidos, apenas para satisfação psicológica do pertencimento. (Bordenave, 1986)

A participação frequentemente praticada no planejamento público brasileiro é a concedida, implantada por organismos oficiais, segundo os interesses ideológicos dominantes. A participação concedida seria uma parte de poder ou de influência exercida por subordinados, considerada como legítima por seus superiores. Essa participação configura uma “ilusão de participação”, tendo em vista sua restrição a grupos de relações primárias, como no local do trabalho, na vizinhança, nas igrejas, nas associações profissionais, dentre outros, em que o controle dos membros sobre as decisões pode ser mínimo ou nenhum.

Na América Latina, infelizmente, as esferas dominantes foram significativamente influenciadas, do ponto de vista ideológico e cultural, pelas metrópoles. A preocupação escassa dessas camadas com os problemas das majorias levou as mudanças promovidas pelo planejamento a serem quantitativas e não qualitativas. “Planejou-se para o crescimento e não para o desenvolvimento. Procurou-se acelerar a evolução econômica e social no sentido tradicional, e com isso só se conseguiu agravar os problemas derivados da dependência” (MOLINA E RODRÍGUEZ, 2001, p.62). Em Goiás, ainda há o agravante do passado político oligárquico e coronelista, caracterizado pela não diferenciação de interesses, com uma maior possibilidade de controle interno e estabilidade do poder central, além de intervenções constantes do setor privado sob os bens públicos.

Desde seus inícios Goiás forjou-se a partir da ação do Estado. O poder central precede a sociedade nas primeiras décadas e séculos, formata seu futuro e potencializa as forças sociais da região. O bloco de poder entronizado em 1930 acentua essa vocação do Estado, fortalecendo seu papel promotor do desenvolvimento. A integração ao mercado capitalista se constitui como fator capaz de definir as instituições e garantir recursos oficiais que, se antes não existiam ou eram incipientes nos municípios, para tanto deveriam ser criados e efetivados. (BORGES, 2004, p. 221)

No caso de Goiânia, Souza (2004) ressalta que, aos poucos, a renovação e mudança de mentalidade da cidade provocaram um empreendedorismo, sintetizador do processo desenvolvimentista, mas, mesmo assim, o Estado paira acima da sociedade, aparentemente, atendendo a todos.

Indicador 3. Número de Projetos em Parcerias Público-Privadas (PPPs)

Em nove anos de FRN foi realizado um plano de turismo, o Plano Municipal de Turismo de Goiânia (2009-2012), aprovado o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável

²⁰Na participação voluntária o grupo é criado pelos próprios participantes que organizam e estabelecem seus objetivos e métodos de trabalho. Exemplos dessa participação seriam os sindicatos livres, as associações profissionais, as cooperativas e os partidos políticos. (Bordenave, 1986)

²¹A participação dirigida ou manipulada é uma participação provocada por agentes externos, que ajudam outros a realizarem seus objetivos ou manipulam a fim de atingir seus próprios objetivos previamente estabelecidos. (Bordenave, 1986).

(PDITS) do Pólo dos Negócios e Eventos (2011) e implementado um roteiro turístico chamado “Quintais de Goiás” em parceria com o Sebrae-Goiás²².

Em relação ao planejamento turístico, Beni (2006), salienta que a maioria dos projetos de desenvolvimento sustentável, encontra resistência na incapacidade de mobilização da comunidade local, como participante do planejamento estratégico. Em linhas gerais, o Mtur reconhece que a regionalização precisa ser desenvolvida com a participação da população local, mas não há um detalhamento do que fazer, deixando para o planejamento local a resolução dessas questões.

O Ministério em si dá diretrizes gerais, que é o papel do Ministério. Agora não vai detalhar isso. Então, normalmente os estados ou tem condições locais próprias através dos agentes públicos, ou contratam uma empresa de consultoria pra fazer isso. Mas nossa ideia é capacitar os gestores públicos a ter essa visão. (Representante do CNT, comunicação pessoal, 06 de fevereiro de 2013)

Para o Goiás (2008), os Fóruns Regionais são espaços de colaboração entre as administrações públicas e os atores do setor privado para a definição de políticas, prioridades e acompanhamento do Plano Estadual de Turismo de Goiás. Ele cria corresponsabilidade entre o governo estadual e o *trade*, mas não abre a participação para a sociedade civil e não constrói cidadania.

O primeiro passo e condição básica para que esta gestão ocorra satisfatoriamente deve ser a organização dos setores públicos e privados em busca de sinergia por investimentos e resultados, assimilando o entendimento da formação de um grupo. Para que isso seja viabilizado, as entidades envolvidas têm de desenvolver o completo atendimento de suas atribuições e funções sociais e econômicas. (Goiás, 2008, p.13)

Além disso, Goiás (2008) atribui desmedidamente ao *trade* a responsabilidade sobre desenvolvimento do turismo em Goiás, chegando a dizer que os empresários da capital devem expandir sua influência no interior, ampliar os debates e serem reconhecidos pelos poderes políticos e demais setores econômicos.

O setor turístico (também chamado *trade* turístico) deve se organizar dentro de suas entidades setoriais com grande permeabilidade, não se resumindo a entidades que atuam somente na capital e, por isso mesmo, sejam pouco representativas ou mesmo desconhecidas nas cidades do interior. Como a força de uma entidade depende de sua capacidade de ampliar os debates e de ser reconhecida pelos poderes políticos e econômicos, quanto maior for a sua

²²Os municípios de Trindade e Anápolis têm planos municipais de turismo. Em 2008 foi feito, em parceria com o Sebrae, a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Trindade e o seguimento religioso da cidade o primeiro e, até o momento, único Plano Estratégico do Turismo Religioso de Trindade. Já em 2011, com o apoio do Sebrae, a prefeitura de Anápolis apresentou o seu primeiro Plano de Desenvolvimento Turístico do Município de Anápolis (2011-2014) Ao que consta esses planos foram estruturados apenas em seus municípios, não passando pelo crivo do FRN.

representatividade , maior o seu reconhecimento e respeito entre os associados e maior o seu poder de influenciar decisões. (Idem, Ibidem)

Na teoria, a opção do Governo do Estado de Goiás em priorizar as regiões e cidades que já tinham o turismo mais desenvolvido, para receber investimentos, ocorreu como uma estratégia de indução ao desenvolvimento dos outros destinos menos atrativos, propiciando uma sinergia entre eles, para assim ocorrer à consolidação de Goiás como destino turístico, Goiânia, enquanto destino indutor, também se beneficiou dessa lógica. Mas, na prática, pelo menos na Região dos Negócios, esta estratégia de financiamento aos municípios que já possuem fluxo turístico vem gerando o desinteresse dos demais municípios em investir no turismo. Dessa forma, a discrepância entre eles aumenta e apenas Goiânia consolida-se.

Indicador 4. Percentual de implementação do plano institucional

O Plano Institucional do FRN não foi executado. O FRN possui estatuto desde 2008, segundo IADH-GESPAR (2008). Na oficina IADH-GESPAR (2010), percebendo a desmobilização dos membros, foi construída uma Missão para o FRN: “Contribuir para o desenvolvimento do turismo da Região dos Negócios, através da articulação das entidades públicas, privadas e COMTURs, apoiando e contribuindo nos projetos dos diversos segmentos turísticos e promovendo a criação de um ambiente favorável à cultura de cooperação” (IADH-GESPAR, 2010, p.05) e deixado, enquanto encaminhamentos para o ano de 2011, a alteração e aprovação do Regimento Interno do FRN e a revisão e posse da Diretoria do FRN, mas, segundo as entrevistas realizadas, tais ações não foram concretizadas.

Esse esvaziamento do FRN é explicado pelos entrevistados em razão da repetição das pessoas que participam de outros fóruns e conselhos, a falta de resultados efetivos, e a repetição de pautas, mas o que foi evidenciado na pesquisa é a maior parte dos membros que participam do FRN representam o município indutor e, também fazem parte do COMTUR de Goiânia o que, por si só, já direciona a pauta para assuntos mais de interesse da capital que de interesse regional, realmente, nesse caso, repetindo a pauta das discussões.

Considerações Finais

A análise da dimensão político-institucional da sustentabilidade no planejamento regional do turismo ocorreu com o intuito de verificar a relação teoria/prática, a partir do entendimento que a prática é uma das possibilidades da teoria, pois uma mesma teoria pode ser o embasamento de diversas práticas.

Como demonstram as análises, o desenvolvimento sustentável do turismo, numa perspectiva político-institucional, ainda não foi alcançado na Região dos Negócios em Goiás. Primeiramente, por não se resolver os problemas básicos e primários de mobilização e, conseqüentemente pelo baixo número de organizações do segundo e terceiro setor representadas, principalmente fora da capital, pela rotatividade de pessoas que participam das já

poucas reuniões realizadas, pelo baixo número de projetos em PPPs, e pela não implementação do plano institucional.

Segundo a experiência do Fórum da Região dos Negócios em Goiás, o PRT só poderá contribuir para o desenvolvimento sustentável, numa perspectiva político-institucional, à medida que, para além da criação de estruturais formais de planejamento e gestão do turismo, cada município participante desse consórcio esteja fortalecido socioculturalmente ao ponto de proporcionar as condições de acesso e permanência dos indivíduos nos espaços de discussão, o que levaria a uma maior autonomia e autoridade dos sujeitos sobre as decisões que influenciam a própria vida e a vida em comunidade.

Referências Bibliográficas

- ABBAGNANO, N.(1999). *Dicionário de Filosofia*. (3ª ed). São Paulo: Martins Fontes.
- ARAÚJO, C. M.; BITTENCOURT CÉSAR, P. de A. (2012). Dimensão político-institucional do turismo no Brasil. In: BENI, M. C. (org.). *Turismo, planejamento estratégico e capacidade de gestão – desenvolvimento regional, rede de produção e clusters*. (pp. 257 - 282). Barueri: Editora Manole.
- ARRAES, T. A. (2004). *Geografia contemporânea de Goiás*. Goiânia: Editora Vieira.
- BENI, M. C. (2006). *Política e planejamento do turismo no Brasil*. São Paulo: Editora Aleph.
- BORDENAVE, J. E. D. (1986). *O que é Participação*. (4ª ed). São Paulo: Editora Brasiliense.
- BORGES, P. C. A. (2004). Formação e Representações do Estado em Goiás. IN: SOUZA, D. B. (Org.). *Goiás: sociedade e Estado*. (pp.185-226). Goiânia: Cânone Editorial.
- BRASIL. (2007a). *Programa de regionalização do turismo – roteiros do Brasil: introdução à regionalização do turismo*. (pp.69). Brasília: Ministério do Turismo.
- BRASIL. (2007b). *Programa de regionalização do turismo – roteiros do Brasil: módulo operacional 1 – Sensibilização*. (pp.75). Brasília: Ministério do Turismo.
- BRASIL. (2007c). *Programa de regionalização do turismo – roteiros do Brasil: módulo operacional – Turismo e Sustentabilidade*. (pp.126). Brasília: Ministério do Turismo.
- BRASIL. (2011). *Plano de desenvolvimento integrado de turismo sustentável (PDITS) do Pólo de Negócios e Eventos*. (pp. 229). Brasília: Technum Consultoria.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. (1991) *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- DUARTE, I. F. et al. (2005). *Desenvolvimento local: uma contribuição de Goiânia ao turismo de municípios próximos*. Consultado em 08 de fevereiro de 2010 através de http://observatoriogeogoiias.iesa.ufg.br/uploads/215/original_Duarte_ivonaldo_ferreira_desenvolvimento_local.pdf
- FÓRUM DA REGIÃO DOS NEGÓCIOS (FRN). (2009). *Ata da reunião ordinária do Fórum realizada no dia 29 de abril de 2009* (pp.1-2). Goiânia: Sem Livro.
- GOIÁS. (2008). *Plano Estadual do Turismo: Goiás no caminho da inclusão*. Goiânia: AGETUR.

Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano (IADH-GESPAR-GESPAR); Ministério do Turismo. (2008). *Levantamento e análise de informações terciárias: caracterização da instância de governança*. (pp. 1-9). Goiânia: Sem livro.

Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano (IADH-GESPAR-GESPAR); Ministério do Turismo. (2010). *Direcionamento estratégico da instância de governança da Região dos Negócios - Goiás*. (pp. 1-9). Goiânia: Sem livro.

MANZINI-COVRE, M. de L. (2001). *O que é cidadania?* São Paulo: Editora Brasiliense.

MOLINA, S.; RODRÍGUES, S. (2001). *Planejamento integral do turismo: um enfoque para a América Latina*. Tradução de Carlos Valero. Bauru: Editora EDUSC.

MONTIBELLER-FILHO, G. (2001). *O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias*. Florianópolis: Editora da UFSC.

NOBRE, M.; AMAZONAS, M. (Orgs.). (2002). *Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito*. Brasília: Editora IBAMA.

OBSERVATÓRIO DO MUNDO DO TRABALHO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS. (2013). *Estudo da Região Metropolitana de Goiânia: Estudos e Pesquisas Econômicas, Sociais e Educacionais sobre a Região Metropolitana de Goiânia*. Consultado em 10 de março de 2014 através de http://ifg.edu.br/observatorio/images/downloads/estudos/regiao_metropolitana_de_goiania.pdf

OMT; WTTC; EARTH COUNCIL. (1996). *Agenda 21 for the Travel & Tourism Industry Towards Environmentally Sustainable Development*. Consultado em 20 de abril de 2013 através de <http://www.wttc.org/promote/agenda21.html>

SILVA, C.A. et al. (2008). *Análise do Perfil do Turismo que visita a cidade de Goiânia: uma contribuição ao planejamento local*. Goiânia: CEFET-GO.

SILVA, P.T. (2013). *Limites e possibilidades do Programa de Regionalização do Turismo como indutor da cultura da cooperação: Região dos Negócios em Goiás*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, BR.

SOUZA, D. B. (2004). O golpe em Goiás. IN: SOUZA, D. B. (Org.), *Goiás: sociedade e Estado*. (pp. 87-130). Goiânia: Cênone Editorial.

TRINDADE. (2008). *Plano estratégico do turismo religioso de Trindade – Goiás/ Coordenação Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em Goiás*. (pp. 67). Goiânia: Ed. Sebrae.

TRIVIÑOS, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.